



Acorda, PGE!

Juntos podemos mais!

[BLOG](#)
[MANIFESTO](#)
[PROPOSTAS](#)
[A CHAPA](#)
[CONTATO](#)

Diretrizes

- Participação
- Transparência
- Proatividade e inovação
- Defesa da carreira e suas prerrogativas

Propostas

PRERROGATIVAS E ESTRUTURA

- Defesa da implementação da intimação pessoal nos moldes como definido pelo Código de Processo Civil.
- Luta pela criação e implementação da carreira de apoio.
- Luta pela abertura de novo concurso para Procuradores e Servidores.
- Estudo sobre a viabilidade de realização de convênios com as ETECs para a realização, de estágios de estudantes do Curso Técnico de Serviços Jurídicos.
- Criação de programas de residência jurídica.
- Valorização dos estagiários e preenchimento dos quadros.
- Luta pela implementação de projetos de *Home Office*, com possibilidade de adequação à realidade de cada unidade.
- Acompanhamento das unidades em estado crítico, para a propositura de medidas de auxílio.
- Restabelecimento de critérios objetivos para os concursos de promoção por merecimento.
- Propor audiência pública entre a carreira para discussão sobre a liberação da advocacia privada.
- Propor que as alterações das designações na consultoria sejam fundamentadas e sigam critérios objetivos.
- Estudo, discussão e trabalho pela otimização dos mecanismos de custeio da PGE, a exemplo da possibilidade de cobrança de honorários nos débitos não ajuizados, inclusive em protestos.
- Propor que o FUNDPROGESP deixe de custear despesas correntes de informática.

AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA CARREIRA E TRANSPARÊNCIA

- Aprimoramento dos mecanismos de transparência da PGE, com a possibilidade de monitoramento on line e na área restrita de requerimentos e manifestações pelo interessado.
- Propor a aplicação do Orçamento participativo, em que por meio de audiências públicas se permita a colaboração dos conselheiros e da carreira na elaboração da proposta orçamentária anual.
- Propor a transmissão das sessões do conselho em vídeo, por meio de link disponibilizado na área restrita.
- Proposta de alteração da Lei Orgânica da PGE para que a escolha do corregedor se dê por lista tríplice plurinomial.
- Propor a criação de "Incubadoras de Ideias", implantando um mecanismo de coleta de soluções encontradas por colegas para desenvolvimento de projetos pilotos a serem apresentados ao Conselho e Gabinete.

INOVAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

- Atualização do site da PGE, com ênfase na funcionalidade.
- Inclusão de banco de teses e dos pareceres da Consultoria para consulta na área restrita.
- Otimização dos procedimentos para deflagrar concurso de estagiário, possibilitando a abertura antes do encerramento da lista do concurso anterior.
- Criação de projetos de sustentabilidade (A3P) no âmbito da PGE.
- Alteração do relatório mensal da corregedoria, para que se inclua apenas os dados não disponíveis no PGE-Net e no Docflow.
- Alteração das Rotinas do Contencioso de acordo com o novo CPC.
- Propor a criação das rotinas do contencioso tributário fiscal.
- Atuação em propostas que visem diminuir a litigiosidade e a massificação das demandas na PGE.
- Desenvolvimento de um serviço de estatística e jurimetria no âmbito da PGE.
- Utilização de ferramentas de automatização de tarefas repetitivas.
- Criação, junto às autarquias e órgãos atendidos pela PGE, de setores de apoio, com acesso ao SAJ, a fim de que as solicitações e respostas a pedidos de informações sejam inseridos diretamente no PGE-Net.
- Estudo da viabilidade de realização de convênios com instituições públicas de ensino (USP/Politécnica, Fatec e Unicamp) ou com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação para desenvolvimento de soluções em tecnologia.
- Proposta de ampliação do SAJ para troca de documentos e informações entre as unidades, relativas aos processos cadastrados.

VERBA HONORÁRIA E VENCIMENTOS

- Propor a modificação no fundo para que a Verba Honorária não seja usada para pagar obrigações do Estado.
- Estudo, discussão e trabalho pela valorização da Verba Honorária, inclusive para analisar a implementação nos termos do novo CPC.
- Impossibilidade do pagamento dos oficiais de justiça com a Verba Honorária, conforme já votado pelo atual Conselho.
- Propor a alteração da lei para que a GAE passe a ter caráter indenizatório.
- Cobrar a promessa do PGE de fixar a diária em 1/30 dos vencimentos dos Procuradores;
- Propor e lutar por projeto de lei para auxílio alimentação e auxílio transporte para todos os Procuradores.
- Ampliação do pró-hardware para permitir a compra de desktops e segundas telas.
- Valorização da GAE por meio do aumento das hipóteses de incidência, a exemplo da hipótese de auxílio a unidade pelo excesso de serviço, já aprovada pelo atual Conselho.
- Cobrar a aplicação do reembolso do plano de saúde, conforme já votado pelo Conselho.
- Propor alteração legislativa para o cálculo da GAE sobre o total dos vencimentos.

CENTRO DE ESTUDOS

- Propor a aplicação de processo seletivo para escolha de professores e monitores do Centro de Estudo e ESPGE.
- Permitir o reembolso de curso pelo Centro de Estudo em outra instituição, mesmo tendo curso semelhante no Centro de Estudos.
- Propor a exclusão da proibição de reembolso de livros para concurso, pois já há vedação para devolução do reembolso em caso de exoneração da carreira no prazo de 2 anos.
- Propor alteração da resolução do Centro de Estudos para excluir a exigência de reembolso de cursos para quem se aposentar no período de 2 anos.